

RELATO DE PESQUISA

# O LUGAR DA GRAMÁTICA DE ANCHIETA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO LINGUÍSTICO NO BRASIL

Leonardo Ferreira KALTNER  

Universidade Federal Fluminense (UFF)

## RESUMO

O presente artigo, derivado de apresentação na série *Abralín ao Vivo – Linguistas online*, na mesa-redonda intitulada “Gramaticografia – teoria e método”, é um relato dos resultados parciais do projeto de pesquisa *Regna Brasillica: o Brasil quinhentista à luz da Historiografia da Linguística*. O projeto *Regna Brasillica* é realizado no contexto do grupo de pesquisas “Filologia, línguas clássicas e línguas formadoras da cultura nacional” (CNPq/UFF), vinculado, institucionalmente, ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (Posling/UFF). O artigo inicia-se com um debate teórico-cultural sobre a história do pensamento linguístico no Brasil e o lugar da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* de S. José de Anchieta, SJ (1534-1597), nesse contexto. Debate-se, em seguida, a descrição das línguas indígenas e africanas no contexto da América portuguesa quinhentista e a rotulagem de “línguas clássicas do Brasil”. Na terceira parte do artigo, há considerações e comentários linguísticos sobre a gramatização da língua indígena por Anchieta, para a descrição atual desse processo, a partir do conceito de retórica na Historiografia da Linguística. Por fim, na quarta parte do artigo, analisa-se o “pensamento linguístico” (*linguistic thought*) do missionário quinhentista, a partir da categoria de “nome”, em sua gramática, e sua vinculação à corrente de pensamento do humanismo renascentista português.

## OPEN ACCESS

### EDITORES

- Miguel Oliveira, Jr. (UFAL)
- René Almeida (UFS)

### AVALIADORES

- Carlos Assunção (UTAD)
- Maria da Fonseca (UÉvora)

### DATAS

- Recebido: 07/12/2021
- Aceito: 01/01/2022
- Publicado: 10/01/2022

### COMO CITAR

KALTNER, Leonardo Ferreira (2021). O lugar da Gramática de Anchieta na história do pensamento linguístico no Brasil. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 1, e610.

#### ABSTRACT

This article, derived from a presentation in the series *Abralin ao Vivo – Linguists online*, at the round table entitled “Grammaticography – theory and method”, is an account of the partial results of the research project *Regna Brasílica: 16th-century Brazil in the light of Historiography of Linguistics*. The *Regna Brasílica* project is conducted by the research group “Philology, classical languages and languages that form national culture” (CNPq/UFF), institutionally linked to the Graduate Program in Language Studies at the University Federal Fluminense (Posling/UFF). The article begins with a theoretical-cultural debate on the history of linguistic thought in Brazil and the place of *Grammar Art of the most used language on the coast of Brazil* from S. José de Anchieta, SJ (1534-1597), in this context. Next, I discuss the description of indigenous and African languages in the context of 16th-century Portuguese America and the labeling of “classical languages of Brazil”. In the third part of the article, there are linguistic considerations and comments on the grammatization of the indigenous language by Anchieta, for the current description of this process, based on the concept of rhetoric in the *Historiography of Linguistics*. Finally, the fourth part of the article analyzes the “linguistic thought” of the 16th-century missionary, based on the category of “name” in his grammar, and its connection to the current of thought in Portuguese Renaissance humanism.

#### PALAVRAS-CHAVE

Historiografia da Linguística; Gramaticografia; José de Anchieta; Tupinologia; Linguística Missionária.

#### KEYWORDS

Historiography of Linguistics; Grammaticography; José de Anchieta; Tupinology; Missionary Linguistics.

## INTRODUÇÃO: POR UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO LINGUÍSTICO NO BRASIL

O objetivo do artigo é debater o lugar da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), de S. José de Anchieta, SJ (1534-1597) na história do pensamento linguístico no Brasil. Inicia-se o texto com um debate teórico-cultural sobre o modelo de descrição da história do pensamento linguístico no Brasil, analisando os períodos históricos e sua rotulagem, sobretudo em relação ao período missionário. Na segunda parte do texto, há uma discussão crítica e teórica, acerca das línguas indígenas e africanas da América portuguesa, período colonial do Brasil, e do rótulo de “línguas clássicas do Brasil”, para se referir a textos vinculados à política missionária da época. Na terceira parte, há considerações e comentários linguísticos acerca da gramatização da língua indígena por Anchieta, a partir do conceito de “retórica”. Por fim, como um exemplo da aplicação do aparato teórico-cultural na interpretação do pensamento linguístico de Anchieta, analisa-se o conceito de “nome” e a sua descrição na gramática humanística.

A disciplina de Historiografia (da) Linguística (HL) possui como categoria irredutível de seu campo teórico de análise o fenômeno do “pensamento linguístico” (*linguistic thought*), conforme o modelo teórico de Pierre Swiggers (2013; 2019) e de Konrad Koerner (1996). Essa categoria de análise não pode ser descrita senão por uma série de conceitos relativos ao pensamento linguístico, como a “fonte do pensamento linguístico”, o “modelo do pensamento linguístico”, as “influências do pensamento linguístico”, entre outros, mas o emprego da categoria é o que caracteriza a análise historiográfica pela disciplina de HL, diferenciando-a, por exemplo, de sua área coirmã, a História das Ideias Linguísticas (HIL), no Brasil, de que tem por empréstimo o conceito de gramatização (AUROUX, 1992), por exemplo.

Ronaldo Batista define a tarefa do historiógrafo, na HL, como a de um arqueólogo do saber, ou do conhecimento, remetendo-se à teoria da arqueologia do saber de Foucault:

A tarefa do historiógrafo se assemelha a uma arqueologia do conhecimento, pois cabe à Historiografia da Linguística interpretar as ideias linguísticas e sua presença e transformações no decorrer dos tempos históricos. Como um arqueólogo, que reconstrói uma sociedade e cultura a partir de vestígios, o historiógrafo, a partir dos textos, procura reconstruir o caminho das ideias, desde sua produção até sua repercussão em contextos institucionais, sociais e culturais (BATISTA, 2019, p. 10).

Assim, a “reconstituição do ideário linguístico” (SWIGGERS, 2013) só é possível pelos vestígios históricos, que são sobretudo textos, que servem como depósitos materiais do pensamento linguístico. Note-se que optamos pela tradução de *thought* por “pensamento”, ao invés de “ideia”. Essa opção de tradução justifica-se no sentido de acompanhar a tradução de Ricardo Cavaliere de um artigo escrito por Pierre Swiggers (2013), para a

*Revista Confluência*, uma de nossas fontes teóricas no artigo. Uma segunda motivação na adoção do termo “pensamento” advém de uma finalidade de diferenciar o campo da HL do campo da História das Ideias Linguísticas (HIL), enquanto correntes de interpretação histórica e historiográfica, no cenário dos estudos linguísticos do Brasil. A interpretação crítica do processo histórico, pelo aparato de Konrad Koerner e de Pierre Swiggers difere da perspectiva de Sylvain Auroux, com algumas confluências, que foram debatidas por Marli Quadros Leite, na implantação dos campos teóricos de HL e HIL no Brasil, ao longo do século XX (LEITE, 2019).

Nessa perspectiva teórica, a disciplina de HL, ao se desenvolver na análise interpretativa do processo histórico, organiza-se em torno de uma narrativa interpretativa da “história do pensamento linguístico”, que se subdivide em linhas de pesquisa específicas, como a Linguística Missionária e a Gramaticografia, ou História da Gramática (SWIGGERS, 2013). Para a descrição do pensamento linguístico no Brasil, à época colonial, articulam-se as duas linhas de pesquisa supracitadas da HL no presente artigo, a fim de analisar o pensamento linguístico de S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). Portanto, o debate teórico da HL, sobre a recepção da teoria e do método de Pierre Swiggers no contexto acadêmico do Brasil, se dá em uma investigação metateórica (SWIGGERS, 2013) sobre o pensamento linguístico nesse contexto histórico e cultural específico, tendo como objeto de estudos o próprio desenvolvimento do pensamento linguístico no Brasil.

A linha de pesquisas de Linguística Missionária tem por principal teórico Otto Zwartjes (2011), que descreveu o pensamento linguístico das gramáticas missionárias de Portugal, entre os anos de 1550 e 1800, comparativamente, oferecendo subsídios para a pesquisa sobre o tema, que é interdisciplinar e multicultural, por envolver contextos diversos como a Europa, a África, a Ásia e a América, pela política missionária. Note-se que a Linguística Missionária se constitui pela análise das gramáticas missionárias, a partir de línguas descritas em perspectiva intercultural, pela atuação de missionários europeus nestes mesmos contextos culturais e históricos diversos, como a América portuguesa quinhentista.

Desde a implantação da disciplina de HL no Brasil por Cristina Altman, e dos esforços de adaptação da teoria da HL nesse contexto, inicialmente, no GT da Anpoll de Historiografia da Linguística Brasileira e no CEDOCH/USP, houve um desenvolvimento do campo teórico no cenário nacional. O desenvolvimento da HL no Brasil deveu-se às pesquisas desenvolvidas no contexto do grupo *Sedes Sapientiae* da PUC/SP, através das pesquisas de Neusa Bastos, em sua *História Entrelaçada*, no Liceu Literário Português com a *Revista Confluência*, pelos estudos de Gramaticografia do Brasil, por Ricardo Cavaliere, e da tradução e adaptação do modelo teórico da HL para o vernáculo por Ronaldo Batista, entre tantos outros (LEITE, 2019). Houve, assim, uma maior definição do campo teórico e do

perfil de pesquisas na HL, enquanto disciplina, na busca por traçar o que categorizamos, no artigo, como uma “história do pensamento linguístico no Brasil”.

Assim, podemos definir, teoricamente, que a busca por uma “história do pensamento linguístico no Brasil” é o tema geral de pesquisa e investigação da HL, a que nos propomos também desenvolver no artigo. Uma das problemáticas que se desdobra da seleção de um contexto nacional específico, como o Brasil, é que o processo de formação institucional dos contextos nacionais não é um processo histórico e cultural simples, e a formação do pensamento científico no contexto específico pode ser descrito sob diversas perspectivas interpretativas. Nesse aspecto, pela natureza teórica da HL, optamos por uma história institucional e intercultural, pautada nas relações entre Brasil e Europa, já que o contexto específico a ser descrito no artigo é o período colonial da história do Brasil, que rotulamos de América portuguesa, seguindo a tradição historiográfica no uso do termo (KALTNER, 2019a, KALTNER et al. 2019b, KALTNER, SILVA, 2019c; KALTNER, 2019d). O histórico de instituições é o caminho metodológico que consideramos na análise, em virtude da documentação que registrou as transformações e mudanças no processo histórico desse contexto específico, como vimos analisando em estudos anteriores (KALTNER, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020f e KALTNER, SANTOS, 2020e).

A fim de se organizar uma descrição da história do pensamento linguístico no Brasil, igualmente deve-se refletir sobre os modelos de períodos históricos institucionais, em uma proposta geral de periodização taxionômica, que permita estabelecer uma análise qualitativa de textos como *corpus* da disciplina de HL no Brasil. Nesse sentido, seguindo a periodização proposta por Cavaliere (2012), para a História da Gramática no Brasil, mas com algumas adaptações, podemos estabelecer três grandes momentos históricos, ou períodos institucionais, cujas características permitam perceber grandes mudanças, e mesmo revoluções, nas instituições relacionadas ao pensamento linguístico no Brasil: um período missionário (séc. XVI a XVIII), um período secular (séc. XVIII e XIX) e um período científico (séc. XIX em diante). Não são períodos históricos estanques, mas a periodização serve como um modelo descritivo, que nos permite uma sistematização da história institucional, para classificar os produtos linguísticos desenvolvidos em cada contexto específico.

Para Cavaliere, a História da Gramática no Brasil inicia-se a partir de 1806, com uma produção destinada à descrição do vernáculo, cujo ponto de ancoragem é a obra de Antônio de Moraes e Silva. O modelo de gramática racionalista, de nítida influência francesa iluminista, teria passado a se desenvolver então:

O percurso historiográfico da gramaticografia brasileira inicia-se com a publicação do *Epítome de gramática portuguesa* (1806), do carioca Antônio de Moraes e Silva (1755-1824). Antes, pouquíssima produção linguística se atesta em solo brasileiro – no sentido não propriamente de obras publicadas no Brasil, já que não as havia, senão de obras escritas no Brasil por autores brasileiros ou estrangeiros –, tendo em vista a situação de extremado atraso socioeconômico da colônia portuguesa até a chegada da corte de D. João VI em 1808 (CAVALIERE, 2012, p. 218).

Optamos por rotular esse contexto institucional por período secular, a fim de o opor a um período missionário, que teria sido desenvolvido na sociedade colonial da América portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, sobretudo, tendo o *Diretório dos Índios* como ponto de ancoragem para o declínio do ensino jesuítico na colônia. Cavaliere descreve as gramáticas e léxicos da América portuguesa no contexto colonial dos séculos XVI a XVIII, sem, contudo definir como um período histórico do pensamento linguístico no Brasil:

Podem-se citar apenas uns poucos textos linguísticos escritos em terra brasileira ao longo dos três primeiros séculos da colonização, dentre eles a *Arte de gramática da linguagem mais usada na costa do Brasil* (1990 [1595]), de José de Anchieta (1534-1597), marco inicial da produção linguística brasileira do ponto de vista historiográfico (CAVALIERE, 2012, p. 218).

O período institucional missionário, tema da Linguística Missionária, entre os séculos XVI e XVIII, desenvolveu-se ainda no Brasil enquanto colônia ultramarina portuguesa, sendo os produtos linguísticos dessa época considerados patrimônio histórico e intercultural comuns a Portugal e ao Brasil, mesmo à Espanha, à época da União Ibérica. A intelectualidade da América portuguesa, prototípica do *Ancien Régime*, ainda era regida pelo sistema de instituições absolutistas, administradas por ordens religiosas e pela coroa de Portugal. A obra de Anchieta e de outros missionários da colônia, integra esse contexto, em que a “arte de gramática” era disciplina instrumental vinculada ao campo da teologia.

De modo geral, os produtos linguísticos dessa época têm finalidade missionária e catequética, sendo financiados por ordens religiosas e publicados nas tipografias dos reinos absolutistas. O uso do latim humanístico também caracterizou a intelectualidade, de matriz europeia e colonialista, desse período histórico, que teve na descrição de línguas indígenas e africanas no Brasil um de seus temas, sempre vinculado à política missionária. A língua portuguesa, descrita na modalidade europeia, predominava como superstrato.

O período institucional secular, nos séculos XVIII e XIX, caracterizou-se pela chegada ao Brasil dos ideais iluministas europeus, principalmente, na gramática racionalista, de cunho filosófico, e nítida influência francesa, décadas após a época do Marquês de Pombal e do *Diretório dos Índios* de 1757. O movimento academicista substituiria a predominância da prática missionária, e os produtos linguísticos da época afirmavam, de modo geral, a busca por um idioma nacional, em Portugal e no Brasil, como reflexo do contexto dos nacionalismos europeus. Todavia, a secularização da América portuguesa foi um movimento parcial, subsistindo ainda uma intelectualidade colonial de teólogos, no contexto brasileiro, até o século XIX, e mesmo a estrutura social do *Ancien Régime*, com a manutenção do escravismo.

Grosso modo, há dois grandes temas recorrentes pelos intelectuais iluministas à época do período secular, de um lado, a descrição do vernáculo português pelos gramáticos racionalistas, com nítida influência francesa, e de outro lado, o interesse filológico dos naturalistas pelas línguas indígenas da América, sendo o segundo tema influenciado por

correntes iluministas derivadas do Romantismo alemão, com influência do pensamento de Humboldt, em círculos acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Note-se que a secularização na América portuguesa, a partir de 1759 com Pombal, se amplifica com a chegada da corte em 1808, consolidando-se no movimento constitucional do Brasil em 1824, independente desde 1822. A secularização era, porém, culturalmente incipiente, e uma intelectualidade missionária ainda teria sido vigente e preponderante durante todo o Segundo Reinado, uma sociedade de economia agrária e de base social ainda escravocrata, como herança colonial. A gramática racionalista de Francisco Sotero do Reis (1800-1871), por exemplo, teria sido um morfótipo textual nesse cenário, assim como os estudos de línguas indígenas de Dr. Med. Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868) nos *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, de 1863.

O período (institucional) científico, posterior à gramática racionalista e ao período secular, iniciou-se apenas no final do século XIX, época das primeiras instituições republicanas, como a ABL, fundada em 1897, um dos pontos de ancoragem na mudança do pensamento linguístico no Brasil, e desenvolveu-se no século XX, perdurando até os dias de hoje. A principal característica atual do pensamento linguístico no Brasil é o ecletismo de correntes teóricas, que tiveram no método histórico-comparativo alemão e no estruturalismo francês, e norte-americano (ALTMAN, 2019), suas primeiras fontes. A criação das primeiras universidades públicas e privadas no século XX teria permitido a organização de sociedades científicas, como a ABRALIN, em 1969, e a institucionalização de uma comunidade acadêmica de linguistas, que teria um papel de relevância na constituição do pensamento linguístico no Brasil desde então.

Todos os períodos institucionais supracitados podem ser divididos em fases e analisados nas perspectivas de continuidades e de descontinuidades, sendo a história das instituições uma forma de descrição de cada uma dessas fases. As bases documentais, para o registro de cada um desses contextos, caracterizam o pensamento linguístico de cada período analisado, e esse modelo teórico de descrição, inclusive nas divisões e taxinomias dos fatos históricos, acerca do desenvolvimento do pensamento linguístico, carece de maior detalhamento e debate, o que não é tema central do artigo, que se vinculará à discussão apenas do período missionário e à gramática de Anchieta.

## 1. LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS DO PERÍODO COLONIAL, LÍNGUAS CLÁSSICAS DO BRASIL?

Uma questão linguística e intercultural, de interesse para a HL no Brasil em relação ao período institucional missionário, é a descrição de línguas indígenas e africanas no contexto colonial da América portuguesa. Esse é um período em que a gramatização das línguas

vernaculares, conforme Auroux (1992), ocorria pela gramática de base latina. O modelo de gramática latina humanística predominava nessa gramatização, que teria como principal fonte a obra *De Institutione Grammatica Libri Tres* de Pe. Manuel Álvares, SJ (1526-1582), em 1572, sobretudo a partir do final do século, com a *Ratio Studiorum* de 1599. Todavia, no período inicial do século XVI, o modelo de gramática humanística ainda era indeciso, no contexto renascentista ibérico, havendo um *corpus* de gramáticas que disputavam o prestígio na época (KEMMLER, 2013). Como nota Auroux, sobre a gramatização no século XVI, esse período no contexto europeu era uma segunda revolução técnico-linguística, que teria reverberações na América portuguesa:

Temos todas as razões para considerar que o Renascimento constitui uma virada decisiva para essas disciplinas e que ele forma o eixo da segunda revolução técnico-linguística. No Ocidente, a gramatização anterior – do período tardo-antigo ao final da Idade Média – permaneceu esporádica, ainda que não seja negligenciável (AUROUX, 1992, p. 37).

No Brasil, as línguas indígenas sempre foram um tema histórico e intercultural no desenvolvimento do pensamento linguístico, mesmo no período missionário quinhentista, sobretudo a língua dos indígenas de cultura tupinambá à época, também rotulada de língua brasílica, no século XVII, na *Arte da Língua Brasílica* (1621) de Pe. Luís Figueira (1574/1576-1643). Já a língua de Angola, como língua de diáspora da costa da África, utilizada na catequese intercultural das comunidades linguísticas africanas da chamada Guiné, da antiga região colonial do Congo e de Angola, também foi registrada e gramatizada no Brasil do século XVII, pelo missionário jesuíta Pe. Pedro Dias, SJ (1622-1700), em sua *Arte de Língua de Angola* (1697).

Tornaram-se ambas as línguas, a dos indígenas de cultura tupinambá e o quimbundo, “línguas clássicas” do processo missionário intercultural jesuítico, de cunho humanístico e catequético. Foram descritas e ensinadas junto ao latim humanístico e ao vernáculo português, no contexto histórico e intercultural da América portuguesa, quinhentista e setecentista, para a formação de missionários, que atuavam com os intérpretes da colônia ultramarina. Os textos gramaticais circulavam também como manuscritos e serviam para as classes de gramática nas instituições de ensino missionárias.

Podemos inferir, ao menos, que essas línguas concorriam no ensino jesuítico da época, sendo gramatizadas e utilizadas no contato linguístico intercultural da sociedade colonial, que era plurilíngue e multicultural, sob a égide, porém, de um sistema escravocrata. Sobre o rótulo que empregamos para a descrição da língua na gramática de Anchieta, a “língua dos indígenas de cultura tupinambá”, buscamos adequar nossa interpretação da língua a partir do conceito de cultura (BURKE, 2005), tendo em vista que a análise historiográfica parte de uma interpretação também cultural (HANNA; BASTOS, 2015) do pensamento linguístico em relação aos agentes do processo de construção do conhecimento (BATISTA, 2019), no caso as relações interculturais entre europeus e povos indígenas.

Esse rótulo para nomear a língua é um termo composto, teorizado conforme uma descrição do contexto histórico e cultural também da língua, que predominou na América portuguesa quinhentista. Em relação aos povos africanos do período missionário, podemos formular uma concepção da descrição da língua dos africanos da “cultura da Guiné”, ou de Angola, tendo em vista que a língua dos “ambundos” é rotulada na gramática, havendo diversas formas de referir-se aos povos dessa primeira configuração do projeto colonial da América portuguesa. Ainda que a gramática de Pedro Dias seja do final do século XVII, a língua de contato da África descrita pelo missionário estava em uso por intérpretes e missionários muito antes da publicação do texto gramatical.

Desde Varnhagen (1877), o conceito de cultura tupinambá pode ser pensado como um etnônimo geral para as diversas “nações” indígenas costeiras do período colonial, que compartilhavam da mesma língua e costumes próximos. São esses indígenas que teriam travado contato linguístico, inicialmente, com os europeus. Para a descrição de um fundo linguístico e cultural comum, seriam rotulados como tupinambás, considerando-se o etnônimo como representante de uma cultura, no sentido humboldtiano de *Kultur*. A língua não seria nomeada nesse período histórico inicial, tendo o rótulo posterior de língua brasílica. No século XIX, seria rotulada como “tupi”, e posteriormente, como “tupi antigo”, em uma tradição já filológica e contínua (RODRIGUES, 1986; NAVARRO, 2013).

Para a Linguística Histórica a rotulagem da língua não é tema central, porém, para a Historiografia Linguística, que traça a história do pensamento linguístico, esse é um tema determinante para se compreender como a mesma língua foi compreendida em períodos históricos diferentes. Como nosso artigo versa sobre Anchieta e sua época, podemos notar que há dois rótulos para a língua indígena em sua descrição linguística: “língua mais usada na costa do Brasil” e “língua do Brasil” (ANCHIETA, 1595), o que seria desenvolvido por Figueira, posteriormente, como “língua brasílica” (FIGUEIRA, 1621). Os indígenas de cultura tupinambá, que se expressavam em sua língua materna, rotulada como “língua do Brasil” eram os indígenas costeiros, também chamados de “brasis”, pela coleta de pau-brasil.

As línguas indígenas e africanas gramatizadas pelos missionários no período colonial dos séculos XVI e XVII possuíam um *status* e prestígio cultural de “línguas clássicas” na sociedade incipiente da América portuguesa, pois teriam permitido o acesso à doutrina cristã, ao assimilar indígenas e africanos à colônia ultramarina como cristãos-novos, e integrá-los como súditos do Reino de Portugal. A difusão dessas línguas teria tido um papel instrumental na formação de uma comunidade linguística também hierarquizada, sendo o missionário trilingue, enquanto humanista, o perfil do “linguista” no clima intelectual do período institucional missionário. O ideal humanístico europeu do *trium linguarum gnarus*, isto é, do conhecedor de três línguas, o latim, o grego e o hebraico, na América portuguesa se ressignificava como aquele que conhecesse a língua dos tupinambás, o vernáculo português e a língua de Angola. A sociedade colonial dos séculos

XVI e XVII era plurilíngue, e o pensamento linguístico da época refletiu em seus produtos linguísticos essa realidade.

Ainda quanto ao rótulo da língua dos indígenas de cultura tupinambá, que o linguista Aryon Rodrigues definiu, simplesmente, por língua tupinambá (*tupinamba Sprache*) (RODRIGUES, 1958), o tupinólogo Eduardo Navarro, a rotula como “tupi antigo”, pela tradição oitocentista, a partir de Lemos Barbosa (1967). Navarro tem difundido a língua como uma “língua clássica” da época colonial, o que é compatível com o uso da língua em “classes de gramática” desde o período inicial do colégio jesuítico na Bahia, no século XVI, por todo o período missionário (NAVARRO, 2013). A língua teve expressão literária e catequética, com a tradução da doutrina cristã, à época.

Descrever as línguas indígenas, e africanas, enquanto línguas clássicas do Brasil é um interessante recurso cultural para a reintegração dos estudos linguísticos dessas línguas nos Estudos de Linguagem, contemporaneamente, além de apresentarem uma perspectiva decolonial em seu estudo. Rotuladas no século XIX como línguas “primitivas”, por concepções preconceituosas, as línguas indígenas e africanas precisam ser reconsideradas, enquanto línguas da formação do Brasil atual, que não derivou apenas de sua matriz europeia.

## 2. A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA INDÍGENA POR ANCHIETA: PURISMO, IDEOLOGIA E RETÓRICA

Ao longo de meados do século XX, e na primeira década do século XXI, diversos linguistas interpretaram a gramática de Anchieta, desenvolvendo uma tradição interpretativa no Brasil, como Armando Cardoso (1906-2002), editor dos *Monumenta Anchieta*, as obras completas do missionário quinhentista. Podemos destacar outros estudos recentes de Tupinologia, como os de Hildo Honório do Couto, Carlos Drummond, Frederico Edelweiss, Maria Carlota Rosa, Maria Lourdes de Paula, Serafim da Silva Neto, Suzanne Romaine, Ione Leite, Edith Pinto, Ricardo Cavaliere, Francisco González Luis, entre tantos outros, cujas obras precisam ser reconsideradas, enquanto referências para o desenvolvimento crítico de uma história do pensamento linguístico no Brasil. Obras referenciais, como a coletânea *Anchieta 400 anos – Atas do Congresso Internacional* (NAVARRO, 1997), oferecem subsídios para uma interpretação do pensamento linguístico de Anchieta pelos pressupostos teórico-culturais da HL, por exemplo.

O linguista Mattoso-Câmara Júnior (1904-1970) advogou por uma influência da gramatização de base latino-portuguesa, enquanto superstrato gramatical (CAVALIERE, 2001), na descrição da língua dos indígenas de cultura tupinambá pelos missionários europeus (CÂMARA JÚNIOR, 1979). Isto é, para o linguista, na gramatização da língua

indígena pelos jesuítas, houve a influência do vernáculo português. Pode-se especular que o estado natural da língua indígena, antes do contato linguístico pela colonização europeia, com comunidades linguísticas diversas, alterou-se:

O objetivo central dos missionários era a comunicação com os nativos para fim de propaganda religiosa. Isso quer dizer que a realidade lingüística só valia como meio. Não estudavam tupi como um lingüista moderno o estudaria, como uma coisa que existia e merecia ser objetivamente apreciada e interpretada. Estudavam-no com propósito utilitário. Era preciso conhecer a língua para por meio dela entrar em contato com o indígena e promover a catequese religiosa. Ora, este é justamente o espírito que favorece a criação das chamadas línguas francas (CÂMARA JÚNIOR, 1979, p. 101).

Segundo Mattoso-Câmara, a língua descrita pelos missionários, inclusive Anchieta, já teria sido uma língua com alterações oriundas do contato linguístico com o colonizador europeu, e alguns padrões linguísticos descritos na gramática antes são adaptações ao pensamento linguístico de seu contexto de formação, seu clima intelectual. Todavia, esta especulação, ainda que razoável, é difícil de ser detectada, pois seria necessário ter fontes anteriores e posteriores à colonização, ao menos com o intervalo de algumas décadas, para conseguirmos mapear as transformações pelas quais a língua dos indígenas de cultura tupinambá passa, à época do contato linguístico mais intenso. O linguista sugere que a língua descrita por Anchieta é mais simplificada em relação à língua indígena fora do contexto de contato linguístico:

O indivíduo entra em contacto com um povo de outra língua e se preocupa em obter um meio termo lingüístico para se comunicar mais estreitamente com ele. Daí a tendência de deixar de lado tudo aquilo que atrapalha muito e não prejudica, por sua falta, essencialmente a comunicação. É o que se chama uma língua franca, isto é, de intercurso prático, em que se suprimem as dificuldades, às vezes até insuperáveis para o estrangeiro. Por isso, o TUPI que as primeiras exposições dos europeus nos fornecem, não é exatamente aquele que os indígenas exatamente falavam: é uma sistematização simplificada, feita para se proceder à propaganda religiosa dentro do ambiente indígena (CÂMARA JÚNIOR, 1979, p. 101).

Deve-se notar que a gramática de Anchieta foi escrita, provavelmente, entre 1554 e 1556, algumas décadas após o início das relações interculturais entre os indígenas de cultura tupinambá e os europeus, sobretudo portugueses, castelhanos e franceses. O contato linguístico iniciou-se em 1500, entre tupiniquins com a armada de Cabral, em que estavam presentes intérpretes como Gaspar da Índia e missionários como Frei Henrique de Coimbra. Desenvolveu-se à época da nau Bretoa, em 1511, com o estabelecimento de feitorias e o escambo de pau-brasil, por toda a costa, mais concentrado em localidades específicas, como em Cabo Frio, Rio de Janeiro e Pernambuco, além da Bahia de Todos os Santos (BUENO, 2019). Os portugueses rotulavam seus intérpretes como “línguas” e os franceses como *truchements*.

Em 1532, com a fundação da vila de São Vicente, por Martim Afonso de Souza, estabeleceu-se um contato linguístico mais duradouro, com uma ocupação de colonos europeus no território da América portuguesa, e uma relação mais constante com as

comunidades indígenas. Naturalmente, até essa época, o superstrato latino-português não teria tido grande impacto na língua indígena. Porém, com o início da política missionária em 1549, e com a instituição do governo-geral, inicia-se um processo catequético e educacional, de base humanística renascentista, que poderia ter afetado a língua de contato com os indígenas de cultura tupinambá.

A alfabetização latino-portuguesa, parte da catequese, pelos pressupostos humanísticos, teria contribuído para a implantação do superstrato português, ao menos nas comunidades indígenas de cultura tupinambá que participavam da política missionária. Foram essas comunidades interculturais que tiveram a sua língua de contato, a língua do Brasil, ou *brasílica*, descrita por Anchieta.

Essa é uma época de gramatização também do vernáculo português, pelo humanista João de Barros (1496-1570), com a publicação de sua gramática em 1540, uma das prováveis fontes de Anchieta. A língua natural em Portugal também passava a ser descrita em contraste com o padrão gramatical latino. Mattoso-Câmara aponta alguns fatos linguísticos para corroborar sua hipótese de influência do superstrato latino-português na língua dos indígenas de cultura tupinambá: uma simplificação fonética, a aplicação do modelo de partes da oração, com regularização de morfemas, como a conjugação verbal, e, por fim, alterações semânticas, no léxico, com novos significados de matriz cultural europeia (CÂMARA JÚNIOR, 1979, p. 104-105).

Mas podemos nos indagar quais teriam sido as ocasiões para essas influências no vernáculo indígena, e encontramos uma possível resposta no modelo educacional humanístico da época. A alfabetização de crianças era uma das principais tarefas dos humanistas, no período renascentista, e uma das ferramentas para a alfabetização era o canto, com exercícios de solfejo para a sílabação por exemplo, com vocalizações. O canto teria servido para o aprendizado não só das letras do alfabeto latino, mas para o seu silabário, o que teria induzido ao aprendizado da fonética latino-portuguesa pelas crianças indígenas, sobretudo alterando padrões vocálicos. Sons que fossem divergentes entre a língua indígena e o superstrato latino-português tenderiam ao desaparecimento, pois não poderiam ser descritos pelos missionários.

Sobre a descrição fonética de Anchieta, comenta Mattoso-Câmara:

Em primeiro lugar, houve uma simplificação fonética muito grande. O jesuíta tendeu a deixar de lado tudo aquilo que era muito exótico para ele e de difícil reprodução. Interpretava sons unos como grupos, por exemplo, certas consoantes com ataque nasal e desocclusão ora /<sup>m</sup>b/, /<sup>n</sup>t/, passaram a oclusiva oral com nasalação da vogal precedente (CÂMARA JÚNIOR, 1979, p. 104).

Quanto à morfologia verbal, a tendência era sempre aproximar os verbos da língua indígena à gramática latina, o que ocorrera também na gramatização do vernáculo português, e mesmo na gramatização das diversas línguas ocidentais. A gramatização da língua dos indígenas de cultura tupinambá inseria a sua língua no rol das línguas europeias,

cuja gramática latina assimilou e retificou usos e significados. Há uma certa imprecisão na descrição de tempos verbais pelos missionários, e muitas nuances poderiam não ter correspondência direta entre ambos os sistemas linguísticos.

Semanticamente, isto é, no nível do significado, houve as maiores alterações perceptíveis. A matéria catequética do período quinhentista era abstrata e dependente da elaboração de uma lógica racional, de cunho cristão, mas de base medieval aristotélico-tomista. Conceitos abstratos tiveram de ser “traduzidos” e adaptados, pelos missionários, para serem percebidos pelo “intelecto”, na conversão indígena. Dessa forma, os missionários traziam novos significados para a língua, na conversão das comunidades.

Mattoso-Câmara cita esta controvérsia sobre a conversão indígena e as alterações semânticas na língua, o que também havia ocorrido na Europa, séculos antes, no período de cristianização das comunidades pagãs oriundas do Império romano:

Em terceiro lugar, todo o léxico, toda a semântica da língua, se adaptou à visão cósmica ocidental, dando-se uma transformação geral no quadro das significações da língua tupi (um exemplo muito expressivo é o emprego de *tupã* para a ideia cristã de “Deus”) (CÂMARA JÚNIOR, 1979, p. 104-105).

Os humanistas do século XVI descreviam as línguas enquanto gramáticos, que tinham na gramática latina o seu modelo para a gramatização e regularidade da língua. O latim era como um “gabarito” para retificar as línguas naturais e adaptá-las ao conteúdo teológico e filosófico. Assim, não se pode conceber uma visão “purista” em relação à língua indígena em uso pelos missionários quinhentistas, sendo esta produto intercultural, do contato linguístico inicial.

Nesse aspecto, outra questão teórico-cultural que surge, pelos fundamentos da HL, é que não se deve analisar os temas da Linguística Missionária somente a partir de pressupostos ideológicos, como pressupõem teorias cujo escopo é a análise ideológica em sua centralidade, reduzindo à “ideologia do colonizador” todo o processo de constituição do pensamento linguístico no período missionário. O escopo de análise da HL é cultural. Nesse aspecto, alternativamente à ideologia, podemos nos valer de uma concepção de “retórica humanística”, no processo de gramatização da língua do colonizado. Batista define o conceito de retórica para a HL:

Entendemos retórica em *Historiografia da Linguística* como uma manifestação linguístico-discursiva de natureza persuasiva de um agente da produção ou recepção de estudos sobre línguas e linguagens, circunscrito a um programa de investigação e a um grupo de especialidade (BATISTA, 2019, p. 84).

A sociedade quinhentista da América portuguesa era uma prototípica colônia ultramarina do *Ancien Régime*, sua sociedade mercantil era estratificada como parte de um reino absolutista europeu, cuja base econômica era escravista e ainda vinculada à servidão. A América portuguesa era uma sociedade rural simplificada, cujo desenho

institucional derivava do ordenamento jurídico medieval e renascentista português, com o regime de capitânicas hereditárias, desde 1534, e um governo-geral em 1549, que adotou a política missionária.

A catequese quinhentista embasava-se em pressupostos humanísticos e cristãos do Renascimento, sendo anacrônico aplicarmos uma análise ideológica moderna, de base secular, para descrever o pensamento linguístico renascentista, sem considerarmos a dimensão religiosa, que era central no pensamento dessa época, e dela indissociável. O embate teórico (*theory clash*), entre humanistas e teólogos da época, demonstra, por exemplo, as dissenções e as disputas no desenvolvimento do pensamento linguístico, na passagem da Idade Média para o Renascimento europeu, e não havia uma coesão e uniformidade ideológica a ponto de podermos rotular a época a partir de uma percepção ideológica moderna secular.

Em outras palavras, mesmo as disputas entre humanistas e missionários, de tendências conservadoras e progressistas, por exemplo, ocorriam e foram registradas na documentação superveniente. Do mesmo modo, os povos indígenas não tiveram uma reação unificada ao projeto colonial da América portuguesa quinhentista, havendo uma adesão de comunidades indígenas ao projeto colonial na capitania de São Vicente, no século XVI, por exemplo, território em que Anchieta atuou, e conflitos mais intensos em outras regiões, como Porto Seguro.

A prática intercultural da catequese quinhentista, por pressupostos humanísticos e cristãos, mais do que uma ideologia, era antes uma *práxis* linguística institucional, ou mesmo retórica, o que levou à gramatização da língua dos indígenas de cultura tupinambá. Havia o ensino dos elementos gramaticais humanísticos, pelos missionários, em quatro níveis: letra, sílaba, *dictio* (dição) e oração. Já os textos catequéticos eram também documentos linguísticos com finalidade didática, para o ensino da interpretação de textos, a hermenêutica aristotélica, e da abstração filosófica de categorias derivadas da lógica, como *substantia*, *signum*, entre outros. Além disso, como veremos mais adiante, havia a descrição de fatos linguísticos, como a negação e afirmação, desenvolvidas desde a gramática especulativa, em um sistema de pensamento derivado da escolástica de S. Tomás de Aquino (1225-1274), cuja tradição aristotélico-tomista influenciou também nos gramáticos humanistas.

### 3. SOBRE O “NOME” NA GRAMÁTICA DE ANCHIETA: ANÁLISE INTERNA

A fim de investigar o pensamento linguístico de Anchieta, na sequência de estudos que vimos desenvolvendo (KALTNER, 2020b), selecionamos um fato linguístico que estrutura,

internamente, a sua gramática missionária: a descrição inicial dos “nomes” da língua indígena. A partir dessa descrição, no quarto capítulo, o missionário passa a contrastar a língua dos tupinambás, diretamente, com o latim e o vernáculo português, nos demais capítulos, tendo em vista que os três capítulos iniciais da gramática tratam apenas dos sons da língua, sem se remeterem, diretamente, ao nível significado (ZWARTJES, 2011).

A divisão de conteúdos da gramática do missionário quinhentista segue o padrão das gramáticas humanísticas latinas e vernaculares de sua época, apresentando uma intertextualidade com outras obras em sua “abrangência referencial” (SWIGGERS, 2013), como a de João de Barros, sobretudo pela divisão da língua em “partes da oração” (*partes orationis*), com uma descrição vernácula, que transmite a doutrina de *Donatus*, com adaptações. Gramáticas latinas como a de Manuel Álvares e as *Institutiones Latinae* (1481) de Nebrija também estão no *corpus* de possíveis influências sobre seu pensamento linguístico. Há na obra de Anchieta, por fim, um contraste com a gramática latino-portuguesa na descrição dos fatos linguísticos, como na descrição da categoria de “nomes” (ZWARTJES, 2011, p. 156-157).

O quarto capítulo da gramática tem por tema específico os “nomes”, porém, Anchieta não apresenta nenhuma definição para “nome”, partindo de um pressuposto que o conceito já era conhecido pelo possível usuário (SWIGGERS, 2013) da gramática. Na abrangência referencial da época, a gramática de João de Barros, por exemplo, poderia ser o referencial para o conceito de “nome” empregado por Anchieta. Como a metalinguagem de Anchieta está escrita no vernáculo português, podemos contrastar a definição de “nome” na obra de João de Barros, derivada da gramática de base latina, com a descrição da língua indígena, como veremos.

Anchieta afirma que os nomes, na língua indígena, não têm casos nem número distintos, dois “acidentes” do *nomen* na gramática latina. João de Barros ao descrever o vernáculo português, por exemplo, afirma que na Língua Portuguesa os nomes possuem casos e número. A única ressalva que Anchieta faz é em relação ao vocativo, e em um grupamento específico de nomes, que é o fato de perderem a última vogal os nomes paroxítonos.

Na descrição de Anchieta, há o nome *abá* (“homem”), que, segundo o missionário, nada muda em todos os casos. Há uma certa indecisão no missionário em afirmar que os nomes “não têm casos”, mas ao mesmo tempo “não mudam em todos os casos” (ANCHIETA, 1595, 1990). Essa indecisão na descrição da língua indígena sugere que Anchieta percebe não ser possível adotar os critérios da gramática latina, diretamente, na língua indígena. Dessa forma, o missionário teria adaptado o sistema de casos latinos para a descrição da língua. João de Barros, por outro lado, apresentou uma equivalência, pelo uso de preposições, do sistema de caso latino para a descrição do vernáculo português (BARROS, 1540). Zwartjes nota que Anchieta se vale de “posposições” para compor o significado do sistema de casos latinos: “Since he could only find equivalents of the ‘semantic’ cases and of the Latin

prepositions, he deals with them in the corresponding chapter on ‘postpositions’ (ZWARTJES, 2011, p. 157).

Para João de Barros há duas “declinações” no Português, uma declinação “vogal”, de nomes substantivos que terminam em vogal, e outra “consoante”. Porém, para o humanista, o conceito de declinação era adaptado, pois afirmava que a declinação no vernáculo português significava antes “variação”, o que ocorria não em um sistema de declinação nominal como no latim, mas pelo uso de um “artigo” que antecedesse o nome, para a equivalência com o sistema de casos latinos. Assim, para o genitivo e ablativo, a preposição “de” seria o artigo, enquanto para o dativo, a preposição “a”.

Figura 1. Definição de declinação em João de Barros (1540)<sup>1</sup>.

Numero Singular		Numero Plurár.	
Nominatiuo	— a rainha	Nominatiuo	— as rainhas
Genitiuo	— da rainha	Genitiuo	— das rainhas
Datiuo	— á rainha	Datiuo	— as rainhas
Accusatiuo	— a rainha	Accusatiuo	— ás rainhas
Vocatiuo	— ó rainha	Vocatiuo	— ó rainhas
Ablatiuo	— da rainha	Ablatiuo	— das rainhas

Figura 2. Quadro da primeira declinação (BARROS, 1540).

A intertextualidade entre a gramática de João de Barros e a de Anchieta é um fenômeno que pode ser analisado pelos metatermos comuns a ambas as gramáticas, sobretudo, quanto aos metatermos mais raros e característicos da descrição linguística de ambos os humanistas. O metatermo “zeura/zebura” é um desses casos. Presente na gramática de Barros, no capítulo sobre pontuação, na forma “zebura”, com o valor de uma vírgula (verga) Anchieta o cita, como “zeura”, com valor de cedilha na letra c; no primeiro capítulo de sua gramática (BARROS, 1540; ANCHIETA, 1595). O uso desse metatermo é um forte argumento para situarmos Anchieta como possível leitor da obra de João de Barros,

<sup>1</sup> Transcrição: “Declinação acerca da nossa linguagem quer dizer variaçam, porque quando variamos o nome de um caso ao outro no seu artigo, então o declinamos, como se pode ver nestas duas declinações”.

seja no período de estadia no Real Colégio das Artes de Coimbra, seja já na América portuguesa, no início do processo missionário em São Vicente, sob a gestão de Nóbrega.

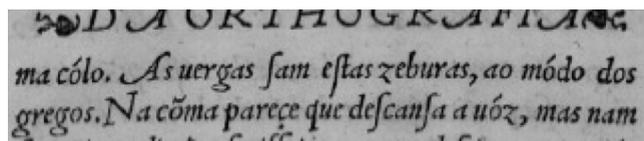


Figura 3. O conceito de zebura (BARROS, 1540)<sup>2</sup>.

É fato que a gramática de Anchieta dialoga em estrutura e temas com a gramática de João de Barros, mas possui elementos próprios em sua estruturação, e outros elementos derivados da possível leitura de outras obras gramaticais latinas, de humanistas como Nebrija, Estevão Cavaleiro, *Clenardus*, *Despauterius* e mesmo Manuel Álvares.

Retomando o quarto capítulo da gramática de Anchieta, por exemplo, destinado ao tema dos nomes da língua indígena, há uma descrição geral da forma fixa dos nomes sem apresentar uma tabela de declinações adaptada, como João de Barros. Anchieta só apresentou uma tabela dessa natureza na descrição dos pronomes. Mesmo sem apresentar um sistema de casos na língua indígena Anchieta remeteu-se aos casos latinos e a categoria de número, como modelo descritivo. Na descrição de Anchieta, os nomes na língua indígena são descritos pela ausência de casos, salvo uma forma específica de vocativo, por apócope, com o nome *túba* (“pai”), com vocativo *túb* (“ó pai”).

Vejamos a definição apresentada por Anchieta:

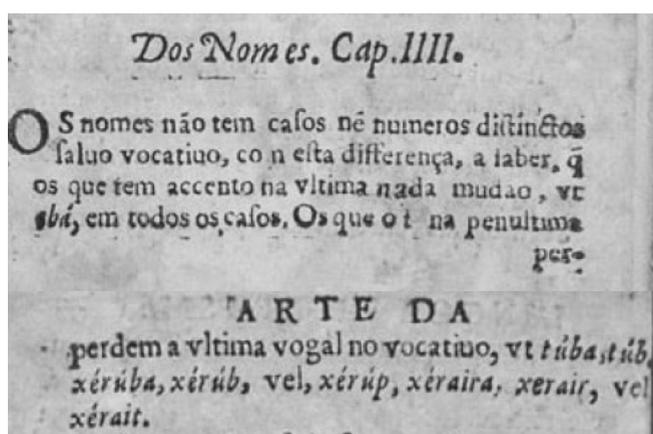


Figura 4. O conceito de nome para Anchieta (1595, p. 9[8]f-9[8]v)<sup>3</sup>.

2 Transcrição “As vírgulas [vergas] são estas zeburas, ao modo dos gregos. Na coma parece que descansa a voz”.

3 Transcrição: “Dos nomes. Capítulo IV. Os nomes não têm casos, nem números distintos, salvo vocativo, com esta diferença a saber, que os que têm acento na última [sílab]a nada mudam, como *abá* (homem), em todos os casos. Os que têm na penúltima perdem a última vogal no vocativo, como *túba* (pai), *túb* (ó pai); *xérúba* (meu pai), *xérúb* (ó meu pai), ou *xérup* (ó meu pai), *xérraira* (meu filho), *xerair* (ó meu filho), ou *xérait* (ó meu filho)”.

Em sua descrição do fato linguístico, Anchieta não descarta totalmente, os casos latinos, pois são ainda necessários para a descrição das construções, ou sua descrição sintática, nos capítulos posteriores da gramática. Quanto às formas dos nomes, enquanto “parte da oração”, o missionário descreve apenas que não há alterações das formas. É uma negação do sistema de casos, seguida de uma afirmação, o que relativiza a equivalência entre a gramática latina e a língua indígena, intermediada pelo vernáculo português. Assim, podemos compreender a negação, os “nomes não têm casos, nem números”, a que se segue a afirmação “nada mudam em todos os casos”.

Nossa interpretação é de que Anchieta ao argumentar que o sistema de casos latinos não se adequava totalmente à língua indígena, para a descrição do fato linguístico, estava demonstrando que seria necessário aproximar a língua indígena ao sistema latino, buscando “romanizar” aspectos da língua, ou seja, aproximá-la de seu superstrato latino-português, para a educação missionária. Anchieta buscava algum fato linguístico para aproximar a língua indígena ao latim, a fim de facilitar também o ensino de gramática latina para seus catecúmenos indígenas já alfabetizados, o que seria tarefa também vinculada à catequese intercultural.

João de Barros definiu o nome no vernáculo português adotando, diretamente, o conceito da gramática latina, chegando, inclusive a propor um sistema de declinação para a língua portuguesa, como já visto:

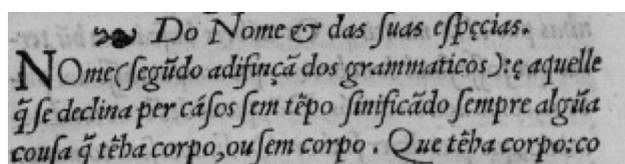


Figura 5. O conceito de nome em João de Barros (1540, p. 5f)<sup>4</sup>.

Note-se que Anchieta ao se referir ao nome na língua indígena apenas nega a existência de casos e de número, o que nos permite inferir que os nomes na língua indígena, na sua descrição quinhentista, também não possuem tempo e são signos, isto é, significam alguma coisa “que tenha corpo” ou “sem corpo”, isto é, podem ser nomes substantivos concretos ou abstratos, em termos modernos, por adequação teórica.

Outros missionários buscaram encontrar um sistema de declinação nas línguas indígenas, caso de Juan de Montoya que descreveu o “guarani antigo”. Nesse aspecto, Anchieta é mais inovador, ao fazer a afirmação ambígua de que os nomes na língua indígena não possuem casos, mas poderiam ser descritos em contraste com o sistema de

4 Transcrição: “Nome, segundo a definição dos gramáticos, é aquele que se declina por casos, sem tempo, significando sempre alguma coisa que tenha corpo, ou sem corpo”.

casos latino. O linguista Aryon Rodrigues nota essa inovação de Anchieta, no trabalho missionário da América portuguesa:

La sencilla e independiente afirmación de Anchieta, declarando que ‘los nombres no tienen casos’, se destaca cuando contrasta a la presentación del mismo tema por Ruiz de Montoya en su gramática del guaraní antiguo, lengua hermana que en ese particular ofrece la misma situación del tupinambá (RODRIGUES, 1997, p. 380).

Na sequência do capítulo, Anchieta apresenta a descrição dos processos de composição nominal da língua indígena, registrando-se que a categoria de nome, derivada do *nomen* na gramática latina, abarcava os nomes substantivos e adjetivos. O fenômeno de composição é rotulado como *figura* na gramática latina, e João de Barros também descreve o processo na sua gramática vernácula. Para o humanista português as “figuras” dos nomes podem ser categorizadas em simples e composta, sendo esse processo de composição derivado das línguas latina e grega.

Anchieta apresenta um exemplo de nome composto: *Mbaê tatâ* (*mbaétatâ*), que pode ser traduzido por “coisa fogo”, como uma *appositio* (aposição), o que equivale ao uso do “genitivo possessivo” (*genitivus possessionis*) da gramática latina: “coisa de fogo” (ANCHIETA, 1595). Semanticamente, o nome composto por aposição na língua indígena também poderia equivaler ao ablativo ou genitivo de matéria na gramática latina. Esse processo de *appositio* é considerado o primeiro exemplo de construção da gramática em que há uma comparação com a sintaxe latina, diretamente, mais do que com a construção em vernáculo português, que dependia do uso de preposição para formar o significado da expressão. Em latim, o *genitivus possessionis* (genitivo de posse) também se constrói por *appositio*, um metatermo comum na gramática especulativa medieval.

O nome apresentado por Anchieta como exemplo, por excelência, da língua indígena, é *abá*, traduzido por “homem”. Enquanto *signum* (“signo”), em grego *symbolon* (“símbolo”), o vocábulo possui um valor de significado intercultural complexo, sendo um portal para o início do processo de catequese e de especulação teológica da política missionária. Nesse aspecto, a relevância do “signo” o coloca em evidência na gramática de Anchieta, como também na gramática de João de Barros, no contexto cultural do humanismo renascentista. O signo *abá* é o *homo*, qualificado por sua *humanitas*, derivado também do *ánthropos* aristotélico, o *animal rationale*.

A gramática missionária tinha por intuito inserir a ancestralidade cultural indígena no debate da tradição humanística cristã, era, portanto, um instrumento linguístico de intermediação intercultural entre europeus e indígenas, para a tradução e adaptação da doutrina cristã. Seu objetivo não era uma descrição desenvolvida com fidedignidade da língua indígena, ou mesmo de um registro linguístico com exatidão, mas antes intermediar sistemas linguísticos diferentes, em um diálogo intercultural, para a assimilação de valores e tradições doutrinárias. Nesse sentido, a língua descrita era um sistema funcional de

linguagem, com a finalidade catequética, que incluía a transmissão da doutrina cristã, em seu edifício de conceitos em uma base lógica, de influência aristotélico-tomista, na visão humanística do clima intelectual da época.

A gramática de Anchieta era destinada aos missionários que passariam a conviver entre os aliados indígenas, integrantes da América portuguesa, enquanto colônia ultramarina. Também atuariam na expansão do projeto colonial, que dependia da língua indígena tupinambá para se firmar, como sua principal matriz cultural, a que se agregaria a identidade europeia, sintetizada na educação humanística cristã. Logo, a gramática de Anchieta não é um método didático completo, sendo esperado que o missionário aprendesse também a língua indígena pelo convívio com as comunidades e povos da costa do Brasil.

Já os dois vocábulos *xérúba* (“meu pai”) e *xérraira* (“meu filho”) eram importantes para os missionários iniciarem a discussão de temas catequéticos vinculados à lógica de base aristotélica, como os termos correlativos. Seriam termos utilizados para a introdução de temas teológicos, como a “Santíssima Trindade”, por exemplo, e termos fundamentais na descrição de sistemas de parentesco. Os signos “pai” e “filho” são correlativos, derivados da lógica aristotélica, em que é apresentado outro par de correlação: “senhor” e “servo”, em latim *dominus* e *servus*. O signo correlativo só apresenta significado quando está vinculado ao par correlativo, isto é, só há “pai” se houver “filho”, e só há “filho” se houver “pai”. Acreditamos que Anchieta descreveu de maneira motivada esse par de termos correlativos na língua indígena, pois permitiriam o estabelecimento de outras correlações na educação missionária e o acesso posterior à dialética para a catequese (KALTNER, 2020a).

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Culturalmente, as línguas clássicas que recebem esse rótulo no Brasil são europeias, o latim e o grego. Tupinólogos como Eduardo Navarro consideram o “tupi antigo”, a língua dos indígenas de cultura tupinambá, também língua brasílica, como a língua clássica do Brasil. Essa perspectiva decolonial é de interesse para a HL, no sentido da revitalização e no prestígio que as línguas indígenas e africanas da formação do Brasil devem ter nos estudos linguísticos atuais. As línguas indígenas e africanas, enquanto línguas de ancestralidade, de povos que constituíram o Brasil desde a sua origem, e mesmo antes do processo colonial, são também línguas clássicas do Brasil, devendo o rótulo antes eurocêntrico ser conceituado por uma visão pluricêntrica.

Além do rótulo de línguas clássicas do Brasil, de valor cultural mais do que linguístico, as línguas tradicionais do Brasil, de matriz indígena e africana, são instrumentos também de afirmação identitária, na percepção de que a pluralidade linguística foi uma realidade

ao longo de séculos de diversidade na formação nacional, ainda que sob a égide do escravismo, o que formou uma sociedade plural, mas desigual. As gramáticas missionárias registram essa diversidade, enquanto instrumentos de intermediação cultural, ainda que sob o viés do colonizador, que utilizou a base greco-latina na gramatização das línguas.

O debate sobre o “purismo linguístico” das línguas de contato é infrutífero, pois a influência do vernáculo português é patente no registro das línguas empregadas pelos missionários, como também o português no Brasil se desenvolveu com nítida influência das línguas indígenas e africanas, desde o início da sua implantação histórica. A língua que Anchieta descreve é uma língua funcional, de uma comunidade linguística específica, multicultural, cuja unidade, enquanto identidade comum, era a prática religiosa e a educação humanística e cristã quinhentista.

A *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595) é um documento singular. Seu principal atributo é trazer uma tradição de desenvolvimento do “pensamento linguístico” que se iniciou na Grécia, passou a Roma e chegou ao Brasil ainda no século XVI, permitindo o registro de um determinado estado de língua de uma comunidade linguística que se constituía como uma unidade em torno de uma língua comum. A gramática de Anchieta registra a primeira língua, em que se organizou o Brasil (RODRIGUES, 1986). Não podemos, por fim, registrar o pensamento linguístico dessa época apenas por uma leitura ideológica dos instrumentos de gramatização, sendo importante encetar um debate sobre a história institucional e cultural do pensamento linguístico da época, a partir da HL.

## REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. In: ALTMAN, Cristina et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 19-44.
- ANCHIETA, José de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.
- ANCHIETA, José de. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Introdução, tradução e notas de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1990.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli. Campinas: Orlandi. -- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Lodovicum Rotorigum, 1540.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: ALTMAN, Cristina et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 81-114.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Anchieta e a língua falada no Brasil do século XVI. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 5, n.1-2, p. 11-21, 2001.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Limite*, n. 6, p. 217-236, 2012.

FIGUEIRA, Luis. *Arte da lingua brasilica*. Lisboa: Manuel da Silva, 1621.

HANNA, Vera L. Harabagi; BASTOS, Neusa Barbosa. Historiografia Linguística, História Cultural, Estudos Culturais: desafios teórico-metodológicos. *Confluência*, n. 49, p. 201-214, 2015.

KALTNER, Leonardo Ferreira. As ideias linguísticas no discurso De Liberalium Artium Studiis (1548). *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 56, p.197 - 217, 2019a.

KALTNER, Leonardo Ferreira; SANTOS, M. C. S.; TEIXEIRA, V. L. Gaspar da Índia: o língua e o Brasil quinhentista. *Confluência*, v.57, p. 9-35, 2019b.

KALTNER, Leonardo Ferreira.; SILVA, S. C. S. Gramáticas e gramaticografia: uma análise pela Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 75, v. 2 p.1564 - 1572, set./dez. 2019c.

KALTNER, Leonardo Ferreira. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. *Cadernos do CNLF (Cifefil)*, n. 23, p.424-439, 2019d.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso, SJ (1906-2002). *Cadernos de Linguística da Abralin*, ano 1, n.1, p.01-15, 2020a.

KALTNER, Leonardo Ferreira. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020b.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 76, v. 2., p.717 - 731, set./dez. 2020c.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralin*, n.19, p.1 - 25, 2020d.

KALTNER, Leonardo Ferreira; SANTOS, M. C. S. Schola Aquitanica e a gramática de Despauterius: intertextualidades. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, n. 76, v. 2, p.750-759, 2020e.

KALTNER, Leonardo Ferreira. The Grammar Corpus in the Horizon of Retrospection of S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). *Global Journal of Human-social Science: G Linguistics & Education*, n. 20, p.37-44, 2020f.

KEMMLER, Rolf. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latinoportuguesa nos séculos XV a XIX. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n. 19, p. 145-176, 1 jun. 2013.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia da Linguística. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.

LEITE, Marli Quadros. Historiografia da Linguística e História das Ideias Linguísticas: aproximação e distanciamento. In: ALTMAN, Cristina et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 139-182.

LEMO BARBOSA, A. *Pequeno Vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro: São José, 1967.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Anchieta e as Línguas Vernáculas. In: Congresso Internacional Anchieta, 400 anos, 1997, São Paulo. *Atas do Congresso Internacional Anchieta, 400 anos*. São Paulo: FNJ Editora, 1997.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Descripción del tupinambá en el período colonial: el 'Arte' de José de Anchieta. In: ZIMMERMANN, Klaus. *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt-Main/Madrid: Verbuert-Iberoamericana, 1997, p. 371-400.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. 1958. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Hamburgo, 1958.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. *In: ALTMAN, Cristina et al. Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.